

# POR UMA EAD INCLUSIVA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

Indaial, Maio, 2011.

Tatiana dos Santos da Silveira - UNIASSELVI – [silsa@terra.com.br](mailto:silsa@terra.com.br)

Educação Universitária

Nível Meso – Gerenciamento, Organização e Tecnologia

Serviços de Apoio ao Estudante

Relatório de Pesquisa

Investigação Científica

## RESUMO

*O presente artigo trata-se do resultado de uma pesquisa desenvolvida com o objetivo de analisar a política de educação inclusiva existente e a concepção de inclusão por parte das coordenações de cursos de graduação EAD, em uma Universidade que oferece cursos de graduação na modalidade presencial e a distância. A pesquisa teve como sujeitos, uma pessoa responsável pelo setor de informática e uma amostragem referente aos coordenadores de curso de graduação EAD. Para a coleta de dados, foram utilizados como instrumentos, análise documental, banco de dados cadastrais e entrevistas. Fez-se a análise dos dados com base nos estudos de Mittler (2003), Beyer (2006), Tardif (2002), Rezende (2009), e Silva (2008). A análise revelou diversidade de informações por parte das coordenações de cursos e iniciativa da instituição no processo de implementação de uma Política de Educação Inclusiva.*

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Educação a Distância; Coordenações de cursos de graduação.

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um dos grandes e atuais desafios para o ensino em todo Brasil com repercussões e tentativas de acertos em todos os níveis de educação, desde a educação infantil até o ensino superior.

Para Silva, (2008) o desafio da educação brasileira é a implementação da política de inclusão educacional de promoção do acesso e da qualidade, com a organização de instituições que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação, escolas e universidades que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades.

Com intuito de averiguar a atual situação de implementação desta política realizou-se uma pesquisa em uma instituição de ensino superior de modalidade a distância que teve como objetivo principal analisar a política de educação inclusiva existente e a concepção de inclusão por parte das coordenações de cursos de graduação. Caracterizada como de abordagem qualitativa, teve como pressupostos teóricos, sobretudo os estudos de Mittler (2003), Beyer (2006), Tardif (2002), Rezende (2009), e Silva (2008).

A pesquisa qualitativa, segundo Bauer e Gaskell (2000, p. 68), não tem a finalidade de “[...] contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”.

No que se refere aos sujeitos da pesquisa, buscamos, por meio do núcleo de informática os dados referente ao cadastro dos acadêmicos, nos documentos oficiais da instituição os dados referente a temática abordada e contatamos pessoalmente com as coordenações dos cursos de graduação na modalidade EAD. Dessa forma, tornaram-se sujeitos desta pesquisa uma pessoa responsável pelo setor de informática e uma amostragem referente aos coordenadores de curso. A eles aplicamos, individualmente, uma entrevista semi-estruturada, que teve como tópico-guia: a) A concepção de Inclusão e b) conhecimento sobre os casos de inclusão dentro do curso que coordena. Para registro dos dizeres dos sujeitos, utilizamos um questionário aberto, com respostas discursivas referente a

cada tópico guia. Além das entrevistas, também utilizamos, como instrumento de coleta de dados, pesquisa documental e informatizada.

De posse dos dados, fizemos uma análise que se caracterizou como dialógica e cuja ação se dá a partir da conversação dos sujeitos e pesquisador na construção de significações. Para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, optamos por fazer referência a eles por letras. Assim, coordenadores serão aqui referidos como A, B, C...

O local da pesquisa trata-se de uma Universidade que oferece cursos de graduação na modalidade presencial e a distância, que apresenta em seus registros cadastrais da EAD, 303 acadêmicos que se declaram pessoas com necessidades especiais, divididos conforme tabela abaixo:

<i>Deficiência Auditiva</i>	<i>80</i>
<i>Deficiência Física</i>	<i>90</i>
<i>Deficiência Intelectual</i>	<i>05</i>
<i>Deficiência Múltipla</i>	<i>04</i>
<i>Deficiência Visual</i>	<i>58</i>
<i>Não declarada</i>	<i>66</i>

Quadro 1: Relação de necessidades especiais apresentadas  
Fonte: A autora

Cabe esclarecer que os dados apresentados são resultado de pesquisa de banco de dados cadastrais. Com base nesses dados detectamos a seguinte divisão de acadêmicos com necessidades especiais por curso:

<i>Administração</i>	<i>20</i>
<i>Artes Visuais</i>	<i>06</i>
<i>Ciências Biológicas</i>	<i>15</i>
<i>Ciências Contábeis</i>	<i>11</i>
<i>Processos Gerenciais</i>	<i>23</i>
<i>Gestão Ambiental</i>	<i>21</i>
<i>Gestão Comercial</i>	<i>02</i>
<i>Geografia</i>	<i>06</i>
<i>Gestão Financeira</i>	<i>01</i>
<i>Gestão Pública</i>	<i>02</i>

<i>História</i>	<i>11</i>
<i>Letras</i>	<i>07</i>
<i>Logística</i>	<i>13</i>
<i>Matemática</i>	<i>12</i>
<i>Gestão de Recursos Humanos</i>	<i>04</i>
<i>Segurança no Trabalho</i>	<i>14</i>
<i>Serviço Social</i>	<i>17</i>
<i>Pedagogia</i>	<i>117</i>

Quadro 2: Número de acadêmicos com necessidades especiais por curso.  
Fonte: A autora

Os dados apresentados confirmam as estatísticas de aumento de demanda de acadêmicos com necessidades especiais na EAD, o que nos provoca a discorrer a cerca desta temática que hoje tanto preocupa os gestores de educação.

Os dados do IBGE revelam que segundo o Censo Demográfico de 2000, 14,4 por cento da população brasileira apresenta alguma deficiência, como também apontam, com base no censo escolar, que as matrículas de alunos com necessidades especiais no ensino superior tiveram um aumento de 136 por cento entre os anos de 2003 e 2005.

A Inclusão é tema de discussões desde a Declaração dos Direitos Humanos que garante igualdade de direitos, porém esta discussão efetivou-se mais precisamente com os documentos como a Constituição Federal, Declaração de Jontien, Declaração de Salamanca, Lei de Diretrizes e Bases, Plano Nacional de Educação, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, entre outras portarias e decretos que abordam temáticas e adaptações para necessidades especiais específicas como a deficiência visual, física e auditiva, por exemplo.

No que tange especificamente o ensino superior consta entre os registros legais do MEC o aviso curricular nº277 de oito de maio de 1996, que orienta os reitores de instituições de ensino superior a se adequarem ao processo de acesso e inclusão de pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior, bem como a Portaria Nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 que dispõe sobre requisitos

de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições, além do Plano Nacional de Educação que abrange todas as esferas da educação.

A respeito da instituição na qual realizamos esta pesquisa, encontramos nos documentos escritos para compor o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), indicativos de uma política institucional em fase de desenvolvimento, organizada a fim de cumprir com a legislação nacional. Este documento faz referência direta com os documentos do MEC, citados anteriormente, bem como com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que aponta:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL – 2007, p.11)

Diante desses dados cadastrais e legislativos, indagamos: qual o conhecimento dos coordenadores dos cursos, sobre a educação inclusiva e os casos de acadêmicos com necessidades especiais regularmente matriculados?

## **2. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA AMOSTRAGEM.**

A amostra de dizeres coletada nos permite atentar para a diferença entre informações nos dizeres das coordenações de curso. Percebemos discrepância entre o conhecimento de informações cadastrais, bem como na concepção de educação inclusiva. Sobre os dados cadastrais, dois dos coordenadores entrevistados manifestaram em seus dizeres:

*“Conheço um caso de cegueira e dificuldade de falar e escrever” (Coordenador A)*

*“Não conheço numericamente, mas pelo número de alunos do meu curso são vários. Deficientes físicos, visuais, auditivos...”*  
(Coordenador B)

Os dizeres dos coordenadores nos permitem afirmar que embora exista uma tentativa de organização de uma Política Institucional de Educação Inclusiva, a falta de conhecimento dos casos de inclusão dentro de alguns cursos ainda é presente, o que compreendemos pelo fato dos documentos da instituição, apontarem essa política em fase de implementação e desenvolvimento. Além do texto apresentado nos documentos da instituição, ainda compreendemos este fato baseados em Silva, (2008, p.10) quando visualiza que:

[...] as instituições de ensino e os docentes necessitam, para além de uma postura política de aceitação das diferenças, conhecimentos técnicos para saber trabalhar com as necessidades educacionais especiais decorrentes de problemas de aprendizagem, das diferenças mentais, físicas ou sensoriais, de altas habilidades, de síndromes, condutas típicas e outras.

Ainda com base nos dados que apontam um crescimento muito significativo de matrículas de acadêmicos com necessidades especiais na EAD, assinalamos as afirmações de Rezende (2009), quando diz que a EAD é uma oportunidade para que as pessoas com necessidades especiais procurem uma formação específica, motivadas pelas diferentes estratégias pedagógicas e tecnológicas que uma modalidade que está em constante crescimento, como a EAD, pode oferecer. Assim sendo, salientamos a necessidade de aprofundar os conhecimentos e capacitar os profissionais para o melhor atendimento possível aos acadêmicos a fim de garantir a acessibilidade, a inclusão e a aprendizagem.

Compreendemos que todo processo educacional perpassa por concepções e ideologias e, assim sendo, apontamos como fundante de uma Política de Educação Inclusiva a concepção de inclusão apontada pela instituição e pelos gestores, nesta pesquisa especificamente os coordenadores de cursos EAD.

Segundo os documentos da instituição onde realizamos a pesquisa, a concepção de inclusão está calcada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que compreende a educação inclusiva como “ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL 2007, p.01). Em conformidade com o mesmo documento assinala que a educação inclusiva vai além da eliminação de barreiras arquitetônicas para o acesso do acadêmico, pois compreende que a sua permanência depende de fatores relacionados a concepções pessoais e institucionais de caráter social, cultural e pedagógico que oportunize matrícula, permanência e conclusão da educação superior.

Ao analisar os dizeres dos coordenadores entendemos que o sentido de integrar e incluir ainda provoca dúvidas e indagações e que a concepção de inclusão ainda está permeada de valores e conhecimentos pessoais:

*“Tratar em igualdade de condições e oferecer meios de aprendizagem aos desiguais” (Coordenador A)*

*“Inclusão é tornar-se parte de um processo como agente atuante, participativo, onde se possa contribuir no desenvolvimento do grupo e conseqüentemente crescer individualmente. Incluir é diferente de somente inserir” (Coordenador B)*

*“Oportunizar à todos acesso ao ensino independente de limitações físicas ou mentais” (Coordenador C)*

*“É o agrupamento de todas as pessoas em determinados grupos, sem distinção cultural, raça, deficiência, etc” (Coordenador D)*

*“É a possibilidade de todos, com limitações ou não, de participar da educação que conduz o ser humano na busca do aprendizado”. (Coordenador E)*

*“Inclusão não é integração. Incluir é fazer participar, gostar, querer. É um desafio, pois requer esforço, dedicação e fé. Fé nas pessoas e no sistema.” (Coordenador F)*

*“Fazer com que o portador de necessidades especiais seja integrado com a educação com todos os recursos necessários” (Coordenador G)*

*“Trata-se de destinar esforços a tomar medidas para dar condições de acesso ao conhecimento às pessoas portadoras de alguma deficiência”  
(Coordenador H)*

*“É possibilitar o acesso a educação a todos. Dar condições para que todos possam aprender” (Coordenador I)*

Os dizeres dos coordenadores assinalam uma perspectiva de educação para todos. Neste sentido, é necessário possibilitar condições viáveis e ao mesmo tempo desafiadoras para cada aluno, explorando a aprendizagem nas possibilidades, e não nas deficiências. Mantoan (2003) considera a proposta de educação inclusiva como fundante de uma escola igualmente inclusiva, acolhedora dos alunos, de suas singularidades e diferenças, cujo alvo básico é a dissipação das barreiras para uma aprendizagem efetiva.

Para Mittler (2003), a inclusão parte da aceitação da diversidade humana, valoriza as pessoas como únicas e a educação como um processo de cooperação, sendo que o trabalho do professor deverá ser pensado de forma que todos possam participar indiferente de suas limitações.

Ainda nas evocações dos coordenadores, percebemos concepções diferenciadas que vão desde a integração até o agrupamento das pessoas com necessidades especiais. Atentamos para o fato de que, segundo Tardif (2002), educadores trazem consigo saberes diferenciados, estando entre eles os saberes individuais, construídos na experiência de vida e história de cada um, saberes que poderão influenciar e diferenciar as práticas pedagógicas.

Assim, em consonância com Tardif (2002), educadores transportam para a sua prática toda a bagagem histórica e social desenvolvida ao longo de seus anos de vida. Como cada pessoa é única e influenciada pelo seu contexto, sua cultura, as práticas pedagógicas e as relações dos educadores com seus alunos, com e sem deficiências, são tão diversificadas.

#### **4. SUGESTÕES DE MELHORIAS**

Com base dos saberes apontados pela coordenação dos cursos e no texto dos documentos da instituição onde realizamos a pesquisa, atentamos para as seguintes necessidades:

- implementação da Política de Educação Inclusiva, que contemple ações sociais direcionadas a esta demanda, com planos de acessibilidade que vão além das barreiras arquitetônica, mas que facilitem o acesso através da utilização de materiais adaptados específicos para cada necessidade especial dos acadêmicos;
- disponibilização de apoio pedagógico com equipe especializada nas adaptações de materiais e suporte pedagógico;
- formação continuada para professores autores, tutores, articuladores e coordenação de cursos;
- apoio pedagógico para acadêmicos com resultados insatisfatórios nas disciplinas oferecidas;
- criação de grupos de estudos e grupos de trabalho que pesquisem e reflitam sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na EAD e suas necessidades dentro da instituição;
- criação do LEDI (laboratório de educação inclusiva), onde profissionais especializados possam trabalhar diretamente com adaptações e acessibilidade para atender a esta demanda.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatamos no decorrer dessa pesquisa que a instituição pesquisada, assim como muitas instituições de ensino superior, está caminhando a passos lentos em direção a Educação Inclusiva. Há uma tentativa de acertos e discussões acerca desta temática, porém as concepções sobre inclusão ainda necessitam de fundamentação e formação profissional. Compreendemos que o processo de implementação de uma Política de Educação Inclusiva, depende de

vários fatores para sua efetivação, no entanto acreditamos que o primeiro passo está na preocupação em contemplar esta temática no PDI das instituições, provocando assim reflexão e busca de condições físicas, políticas e psicológicas que poderão permear essa construção, que deve ser coletiva. É necessário quebrar barreiras arquitetônicas e atitudinais, haja vista que nossos acadêmicos estão matriculados e lutando pelo direito de permanência no ensino superior, afinal não basta garantir a matrícula: inclusão implica em garantir esta permanência e garanti-la com qualidade, respeitando e valorizando a diversidade.

## REFERÊNCIAS

- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. – Porto Alegre: Mediação, 2006. 128p.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria n. 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2.ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Trad. Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- REZENDE, Flávia Amaral. **Educação Especial e a EAD**. In LITTO, Fredrich Michael, FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (orgs). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson educacion do Brasil, 2009.
- SILVA, Maria Cristina. **Políticas de Inclusão no Ensino Superior**: Panorama da Legislação Brasileira. VI Congresso Português e Sociologia. 2008. Disponível em: < <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/227.pdf>>
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 8.ed. – Petrópolis, RJ:Vozes, 2002.